



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA**

TALINE INUÃ CUNHA FREITAS

**A ESPECIFICIDADE DOS ACERVOS DE ARTE POPULAR
NA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA:
O CASO DO SOLAR FERRÃO**

Salvador
2016

TALINE INUÃ CUNHA FREITAS

**A ESPECIFICIDADE DOS ACERVOS DE ARTE POPULAR
NA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA:
O CASO DO SOLAR FERRÃO**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como avaliação da disciplina Estágio Supervisionado (FCH 262)

Orientadora: Prof^a. Ms. Luciana Oliveira
Messeder Ballardó

Salvador
2016

Taline Inuã Cunha Freitas

**A ESPECIFICIDADE DOS ACERVOS DE ARTE POPULAR
NA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA:
O CASO DO SOLAR FERRÃO**

Monografia como requisito de avaliação da disciplina FCH 262 Estágio Supervisionado.

Aprovada em 1º de novembro de 2016

Luciana Oliveira Messeder Ballardo - Orientadora _____
Mestre em Patrimônio Cultura – Santa Maria – Rio Grande do Sul
Universidade Federal de Santa Maria

Anna Paula da Silva _____
Mestre em Museologia – Salvador – Bahia
Universidade Federal da Bahia

Ilma Silva Vilasbôas _____
Mestre em Artes Visuais – Salvador – Bahia
Universidade Federal da Bahia

Dedico este trabalho aqueles que não estão mais presentes: Sécio Cunha (Avô) e Virgínia Freitas (Tia)

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus sobre todas as coisas. Por todas, as vezes em que pensei em desistir, mas sei que esteve comigo e deu forças para continuar.

Agradeço a minha orientadora, Prof. Ms. Luciana Oliveira Messeder Ballardo, pela paciência, compreensão e por me passar confiança que precisava para o desenvolvimento deste trabalho. Dando-me o direcionamento necessário e auxílio, que não me faltaram durante esta caminhada. Dedicção esta que levarei para a minha vida.

Aos professores da UFBA que me passaram seus conhecimentos, não só os acadêmicos e profissionais, mas também os aprendizados que posso desempenhar no decorrer dos meus dias.

Ao Centro Cultural Solar Ferrão/ Diretoria de Museus que abriu suas portas para o desdobramento desta empreitada.

Ao meu noivo, Anderson Ramos, que em alguns momentos pedi auxílio e que sempre está disposto a me ouvir, principalmente em momentos de dificuldade.

Aos meus pais, Marli Freitas e Adalberto Freitas, e a minha família por todo auxílio e suporte e, principalmente, por acreditar em mim.

Aos meus amigos, museólogos ou não, que estiveram nesta caminhada junto comigo e que contribuíram de forma direta ou indireta.

“Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante.”

Raul Seixas

FREITAS, Taline Inuã Cunha. A especificidade dos acervos de arte popular na documentação museológica: o caso do Solar Ferrão. XX f. il. 2016. Monografia (Graduação em Museologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

Este texto analisa a documentação museológica feita para a Coleção de Arte Popular, localizado no Centro Cultural Solar Ferrão. Inicialmente, discute a documentação museológica, destacando os sistemas documentais e instrumentos de registros para todo perfil de acervo, caracterizando os pontos principais que deve possuir em uma documentação, estabelecendo conceitos teóricos de gerenciamento de acervo. A seguir, é feita uma abordagem dos conceitos relacionados à cultura popular, arte popular e sobre uma documentação museológica característica a acervos de arte popular. E por fim, apresenta a documentação museológica desenvolvida, até a presente data, para a Coleção de Arte Popular do Centro Cultural Solar Ferrão, abordando as particularidades para este tipo de acervo.

Palavras-chave: Documentação Museológica. Arte Popular. Solar do Ferrão.

FREITAS, Taline Inuã Cunha. Especificidad de las collecciones de arte popular em la documentación museológica: caso del Solar Ferrão. XX f. il. 2016. Monografía (Graduación en Museología) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMEN

Este texto se refiere as las análisis de una documentación museológica hecha para la Colección de Arte Popular, ubicada en el Centro Cultural Solar Ferrão. Inicialmente, se analiza la documentación de los museos, destacando los sistemas documentacionales y registros de instrumentos para todos los perfiles de collecciones, caracterizando los puntos principales que se deben tener en cuenta en la documentación, estableciéndose los conceptos teóricos de la gestión de acervos. A continuación, es abordado un enfoque de conceptos relacionados con la cultura popular, arte popular y sobre una documentación museológica que caracteriza las collecciones de arte popular. Por último, se presenta la documentación desarrollada en el Centro Cultural Solar Ferrão, hasta la fecha, para el acervo de Arte Popular.

Palabras clave: Documentación Museológica. Arte Popular. Solar do Ferrão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Boi-Bumbá. Festa popular do Estado do Maranhão	22
Figura 2	Repentistas	23
Figura 3	Lavadeira. Zé Caboclo. Alto do Moura – PE	24
Figura 4	Cidade baixa com dois grandes prédios. Dadinho. Nova Iguaçu – RJ ...	24
Figura 5	Vaquejada. Acervo Museu de Arte Popular do Recife	27
Figura 6	Cambiteiro, cerâmica. Acervo do Museu do Homem do Nordeste, Recife – PE	27
Figura 7	Confissão, cerâmica policromada	28
Figura 8	Retirantes, cerâmica. Acervo Museu de Arte Popular do Recife	29
Figura 9	Mestre Vitalino, Noivos a cavalo, cerâmica policromada	30
Figura 10	Manoel Eudócio. Noivos. Cerâmica. Acervo da Coleção de Arte Popular do Centro Cultural Solar Ferrão	31
Figura 11	Exposição da Coleção de Arte Popular no Centro Cultural Solar Ferrão Caboclo. Madeira e pigmento. Acervo da Coleção de Arte Popular do Centro Cultural Solar Ferrão	32
Figura 12	Centro Cultural Solar Ferrão	34
Figura 13	Indumentária de vaqueiro. Acervo da Coleção de Arte Popular do Centro Cultural Ferrão	35
Figura 14	Ferramenta de Ogum. Acervo da Coleção de Arte Popular do Centro Cultural Solar Ferrão	36
Figura 15	Exu. Cimento e búzios. Acervo do Centro Cultural Solar Ferrão	36
Figura 16	Chaleira Miniatura. Barro cozido. Acervo do Centro Cultural Solar Ferrão	37
Figura 17	Caneca. Flandre. Acervo do Centro Cultural Solar Ferrão	38
Figura 18	Panela. Barro cozido. Acervo do Centro Cultural Solar Ferrão	40
Figura 19	Gamela. Madeira. Acervo do Centro Cultural Solar Ferrão	40
Figura 20	Parte frontal da ficha de registro do acervo de arte popular – Solar Ferrão	41
Figura 21	Verso da ficha de registro do acervo de arte popular – Solar Ferrão	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS	12
1.1 Documentação Museológica	12
1.2 Sistema de Documentação Museológica	13
1.3 Política de Aquisição	14
1.4 Classificação	14
1.5 Instrumentos de Registro	15
1.5.1 Inventário	15
1.5.2 Livro de Tombo	16
1.5.3 Atribuição de Número de Inventário	17
1.5.4 Marcação	17
1.5.5 Ficha de Identificação	18
1.5.5.1 Dados físicos coletados do objeto	19
1.5.5.2 Informações extrínsecas do objeto	19
1.6 Banco de Dados	20
2. DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA EM ACERVOS DE ARTE POPULAR	21
2.1 Cultura Popular	21
2.2 Arte Popular	22
2.3 Acervos de Arte Popular	25
2.4 Documentação Museológica Aplicada a Acervos de Arte Popular	28
3. DO ACERVO DE ARTE POPULAR DO CENTRO CULTURAL SOLAR FERRÃO	31
3.1 Histórico do Acervo	32
3.2 Classificação	32
3.3 Sistema de registro	37
3.4 Atribuição de número de inventário	38
3.5 Ficha de Registro	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

O casarão Solar do Ferrão foi construído entre o fim do século XVII e início do século XVIII, e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 1938.

O Solar do Ferrão foi construído em duas fases, sendo a primeira finalizada em 1690 e a segunda em 1701. É símbolo da família Maciel, a primeira proprietária da casa. Na metade do século XVIII, funcionou como o Seminário de Nossa Senhora da Conceição e posteriormente, no final do séc. XVIII e início do XIX, tornou-se residência de Pedro Góes Ferrão Castelo Branco, que originou o nome do edifício. Passou por vários donos até se tornar posse do Governo do Estado em 1977, passando por uma reforma e tornando-se sede do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC).

A instituição é ligada a Diretoria de Museus (DIMUS/IPAC), está sob a gestão da atual diretora Graça Lobo e abriga a Galeria Solar Ferrão, o Museu Abelardo Rodrigues e quatro coleções: a de Arte Africana Claudio Masella, as “Plásticas Sonoras” de Walter Smetak, a Coleção de Instrumentos Musicais Tradicionais Emília Biancardi e a Coleção de Arte Popular.

O Museu Abelardo Rodrigues foi inaugurado em 1981. Preserva uma coleção de arte sacra, reunida pelo pernambucano que dá nome ao museu. O acervo foi adquirido pelo governo da Bahia em 1973, após uma disputa judicial com o Estado de Pernambuco. A Coleção de Arte Africana Claudio Masella é formada por objetos que representam grupos étnicos localizados em cerca de 15 países da África. Doadas ao Governo do Estado da Bahia, em 2004, pelo industrial italiano Claudio Masella, as obras representam vários estilos étnicos das sociedades africanas. Nestas peças pode ser visto a diversidade da produção cultural africana do século XX. A coleção de Instrumentos Musicais Tradicionais Emilia Biancardi é formada por instrumentos musicais procedentes de diversos países pelo mundo. Foi doado pela própria colecionadora ao Governo do Estado da Bahia em 2011. O acervo possui mais de mil peças, coletadas e recriadas, datadas entre os séculos XX e XXI. A Coleção de Arte Popular foi formada inicialmente pelo Diretor da Escola de Teatro Eros Martin Gonçalves e continuado pela Arquiteta Lina Bo Bardi.

A escolha desse tema de pesquisa foi motivada por estar profissionalmente envolvida na documentação do acervo de arte popular, assim como, também, por ser um objeto de investigação que, durante o processo de pesquisa, apresentou-se com quantidade de

publicações ainda insipiente tratando-se diretamente do campo da documentação museológica.

A metodologia escolhida para desenvolvimento da investigação foi descritiva e exploratória, que tem por objetivo relatar o processo de documentação da coleção de Arte Popular do Centro Cultural Solar Ferrão.

Este trabalho trata da documentação museológica aplicada ao acervo de arte popular, suas adequações, ferramentas documentais e especificidades. O conteúdo foi organizado em três seções distribuídas conforme a disposição a seguir.

Na seção 1, denominado *Considerações Conceituais*, trata-se de exemplificar o funcionamento de uma documentação museológica, fazendo um detalhamento das ferramentas que são usadas para o processamento deste tipo de documentação.

Na seção seguinte, *Documentação Museológica em Acervos de Arte Popular*, são apresentados os conceitos de cultura popular, arte popular, acervos de arte popular e a documentação museológica para este tipo de acervo, trazendo maior elucidação para este tipo de documentação.

E por fim, na última seção, *Do acervo do Centro Cultural Solar do Ferrão*, aborda as questões específicas de documentação museológica para o acervo que faz parte do Solar Ferrão.

1 – CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

Inicialmente faz-se necessário estabelecer conceitos relacionados ao trabalho que foi desenvolvido. Entre esses referenciais, destacam-se definições a cerca da documentação museológica, sistema de documentação, instrumentos de registro. A princípio entende-se que é pertinente estabelecer os conceitos teóricos sobre a própria documentação museológica, como abordado no tópico que se segue.

1.1 Documentação Museológica

Neste trabalho, a documentação museológica é concebida como parte da museografia, que envolve outras práticas museológicas, como a conservação, a exposição, a ação cultural e educativa, independente de serem realizadas dentro ou fora da instituição museológica. Deve-se ressaltar que as teorias e práticas estão associadas no seu desenvolvimento. Este conceito é reafirmado quando entende-se que a

Museografia é um conjunto que, quando acionado, envolve concomitantemente teorias e ações concretas voltadas para os fins pretendidos nos contextos musealizados. Não há entre ambas qualquer descontinuidade ou bipolaridade, exceto para aqueles que insistem na disciplina museológica como dotada de aparatos passíveis de enunciar e analisar totalidades e idealidades. (LOUREIRO, 2008, p.25 e 26)

Ao tratar especificamente do conceito de documentação museológica Ferrez (1994, p. 64) afirma que

é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.

Entre as questões mais importantes de documentação museológica está a elaboração do sistema de documentação, por isso é importante situar as definições acerca do sistema documental no âmbito da museologia.

Mas o que é um sistema de documentação museológica? Ferrez (1994, pp. 67-69) explica que este sistema é o responsável pela gestão e organização do acervo, desde a seleção e aquisição, registro, controle e indexação.

É importante ressaltar que os aspectos tratados sobre sistema de documentação e suas ferramentas devem estar definidos no projeto¹ de documentação. O projeto deve ser elaborado de acordo com o *programa de acervo* que “apresenta, em linhas gerais, as bases que definem o acervo do museu, tendo em vista sua diversidade tipológica, sua temática central e as formas e possibilidades de expansão” e a *política de acervo* que “estabelece os parâmetros de aquisição, preservação, uso e descarte do acervo” da instituição. (PADILHA, 2014, p. 26)

1.2 Sistema de Documentação Museológica

No interesse de compreender a importância da documentação museológica estabelecem-se referenciais conceituais como ponto de partida para iniciar as reflexões relacionadas ao tema aqui proposto. As discussões apresentadas envolvem as concepções de documentação museológica, imaginária popular, pesquisa, classificação de um acervo de arte popular, análise de um sistema de registro (incluindo marcação de peças, tipologia do acervo, acondicionamento específico para os materiais existentes na coleção). Segundo Cândido (2006, p. 36), o sistema de documentação

[...] deve garantir, ainda, que certos dados sobre os objetos sejam documentados antes ou concomitantemente à sua entrada no museu evitando-se o risco de perdê-los [...]. Desta forma, considerando-se a complexidade informativa dos objetos conservados num museu, especialistas destacam algumas medidas de natureza técnica, consideradas essenciais para a eficácia do sistema de documentação museológica.

O objetivo principal é constituir uma base ampla de informações, que alimente pesquisas e ações de curadoria, tanto da própria instituição como externas, e se alimente, por sua vez, das pesquisas realizadas sobre o acervo institucional ou em torno dele. (BARBUY, 2008)

Nesse sentido, para que a documentação museológica funcione adequadamente, as informações que são registradas devem ser apresentadas, independente das ferramentas utilizadas, por meio dos textos desenvolvidos, numerações que são agregadas e a iconografia. Para tanto é imprescindível a elaboração de instrumentos que facilitem o registro e a recuperação da informação, de forma rápida e eficiente.

¹ Para mais informações sobre elaboração de projetos de documentação consultar GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998, p. 37 (Projeto como fazer; v. 2).

1.3 Política de Aquisição

Os objetos adquiridos por um museu são selecionados por meio de critérios que devem ser estabelecidos por uma política de aquisição, definindo os bens culturais formam, em conjunto, coleções museológicas, que segundo Bittencourt (1990, p. 31)

[...] são também escolhas intencionais, onde cada elemento singelo pressupõe a exclusão, de um sem número de outros. O recolhimento de objetos por um museu, tem sua lógica, ainda que tal lógica possa não ser clara para os profissionais da instituição, não seja sistemática, ou não esteja sistematizada.

Neste trabalho, o conceito adotado para política de aquisição é apresentado por Padilha (2014, p. 27) como a “ação que constrói critérios para determinar qual objeto deve ser incorporado ao acervo museológico” e para isso, faz-se “necessário o reconhecimento do objeto ou da coleção com a finalidade e a missão do museu que pretende incorporá-lo.”

A importância da existência de uma política de aquisição fica evidente a partir do que Bittencourt (1990, p. 31) aborda a exclusão de objetos, em acervos brasileiros, partirem de condições históricas em detrimento dos critérios técnicos; e que, o processo de exclusão se tornou uma ferramenta na construção de instituições museológicas.

1.4 Classificação

Não existe diretriz oficial que deva ser seguida para a elaboração de um sistema de documentação que possibilite a atribuição do número de registro; a própria instituição constrói um padrão que melhor facilite a sua organização, e conseqüentemente, a identificação e inserção da informação.

Para Padilha (2014, p. 42 e 43) existem dois tipos de sistemas de numeração que podem ser usados: o numérico e o alfanumérico, este dividido entre bipartido e tripartido.

O Numérico pode também ser usado como bipartido, sendo representado por duas numerações diferentes, enquanto o Alfanumérico é elaborado a partir de letras e números, utilizando-os de forma intercalada. Esse sistema também é referenciado por Cândido (2006), no trabalho desenvolvido no Museu Mineiro.

No entanto, é importante ressaltar que outros sistemas de numeração podem ser desenvolvidos a partir do estudo das coleções que formam o acervo, atendendo as necessidades próprias impostas pelo conjunto de objetos que o compõe.

1.5 Instrumentos de Registro

A documentação museológica utiliza algumas ferramentas operacionais para realizar a prática documental. Esses instrumentos de registro podem ser compreendidos como “passos para o tratamento documental, que devem ser realizados desde o momento em que o museu adquire o objeto e/ou a coleção até o seu processo de interpretação e organização.” (PADILHA, 2014, p. 39)

Entre os instrumentos serão tratados aqui o inventário ou arrolamento, o livro de Tombo, a tipologia do acervo (classificação do acervo), a atribuição de número de inventário, a marcação e a ficha de identificação.

1.5.1 Inventário

O conjunto completo de informações acerca de um acervo, levantando as informações individualizadas dos objetos, contendo informações relacionadas a classificação, identificação e registro é designado inventário (CAMARGO-MORO, 1986).

O arrolamento ou inventário contém as informações mais relevantes sobre a peça, fazendo com que a indexação se torne mais ágil. Padilha (2014, p.41) define-o como

[...] o ato por meio do qual se realiza a contagem de todos os objetos que fazem parte do museu, sendo criada uma lista numerada para controle e identificação geral do acervo museológico. Refere-se a um primeiro reconhecimento detalhado. Dessa forma, recomenda-se que o profissional numere provisoriamente a peça com o número de inventário e que faça isso a lápis ou com etiquetas em material neutro amarradas por um barbante ou cordão de algodão cru que envolva o objeto. Além disso, é imprescindível o registro em um livro ou caderno, especificamente para essa função, do que foi arrolado. Para essa atividade, o registro do número e do nome do objeto é suficiente para uma identificação inicial.

Segundo Cândido (2006, p. 37), o formato final do “inventário adota um modelo único de planilha, cujo preenchimento dos campos obedece a orientações prescritas em manual próprio.” Ou seja, antes do inventário ser elaborado, devem estar bem definidos os campos de informação da planilha, conforme o projeto de documentação, obedecendo aos princípios da museologia e as necessidades do acervo.

Além do inventário, existem outros instrumentos que se articulam e consolidam o registro documental de uma instituição museológica, dentre estes pode ser citado o Livro de Tombo ou Livro de Registro.

1.5.2 Livro de Tombo

É importante explicitar que esta ferramenta da documentação museológica possui os dados primários dos objetos do acervo, e está estritamente relacionada com a inserção e o descarte da peça. É denominado Livro de toambo ou Livro de inventário, porque se torna um registro de entrada do objeto e das demais ações que ocorrem com ele, como parte integrante do acervo de uma instituição.

Segundo Camargo-Moro, “funciona como um livro de registro de cartório” (1986, p.47), a sua existência é de suma importância para os registros das peças que dão entrada e que pertencem ao museu, sendo assim, todas as peças devem estar registradas neste livro.

Bottallo (2010, p. 58) descreve de forma sucinta os campos que devem ser utilizados no livro para que se torne mais concreta a sua importância, sendo assim, afirma que o livro deverá

[...] ser numerado, ter um Termo de Abertura, (e um de encerramento quando for o caso), todas as páginas devem ser rubricadas e não pode haver rasuras ou correções de qualquer espécie. As informações devem ser dispostas de maneira padronizada, não podendo haver espaços em branco entre a inscrição de informações sobre um objeto e o seguinte. Os campos básicos devem constar dos Livros de Tombo ou Registro de Acervo devem ser: nome do objeto, data do objeto, data de entrada na coleção, forma de aquisição, nome do doador (quando for o caso), origem e procedência. Deve haver um campo para observações e outro para assinatura pelo responsável pela escritura do Livro.

Camargo-Moro (1986, p. 47) ainda acrescenta outras regras que necessárias para que a sua legitimidade seja validada, afirmando que o Livro deve ser

[...] de boa qualidade, com a lombada bem costurada [...]. Usa-se também, em casos muito especiais, folhas soltas, batidas à máquina, numeradas, rubricadas e encadernadas (costuradas) de forma a não poderem se despregar. Convém que o Livro seja preenchido com boa caligrafia, uniforme, usando tinta permanente, preta, pois é necessário fazer fotocópias e guardá-las em outro local.

A utilização do Livro ocupa as páginas de duas em duas, pois ele é usado na largura total de sua abertura, ocupando a página da esquerda e da direita.

As divisórias verticais devem ser feitas cuidadosamente com régua, dentro de uma medida já testada de acordo com o conteúdo aproximado que é previsto para cada informação. O ideal seria poder resumir todas as informações numa linha, mas isto é praticamente impossível na maior parte dos casos. As divisórias devem conter os itens básicos já citados, salvo o item 1, mais Observações.

No preenchimento a descrição deve ser sucinta, objetiva e bem completa. E aconselhável usar convenções sempre que possível.

Outra questão importante a considerar é a numeração, pois a partir dela relaciona-se as informações e o objeto fisicamente.

1.5.3 Atribuição de número de inventário

Sobre o processo de numeração como instrumento da documentação museológica é importante esclarecer que é uma ferramenta essencial na organização sistemática e controle do acervo, com o objetivo de facilitar a identificação rápida do objeto e acessar as informações referentes a ele (CAMARGO-MORA, 1986).

Conseqüentemente, deve ser atribuído apenas um número por peça, que faça correspondência ao inventário e outros registros utilizados na coleção. Não é correto que uma mesma peça tenha numerações diferentes para os instrumentos da documentação, porque um dos objetivos da documentação museológica é facilitar a identificação, segundo Raposo (2000, p. 25) “Como princípio geral, entende-se que a uma peça corresponde um único número de inventário.”

Padilha (2014, p. 41) esclarece que “trata-se da numeração do objeto museológico, visando à sua identificação. É uma atividade indispensável para a autenticidade e segurança do objeto museológico, bem como para a recuperação imediata das suas informações documentais.”

Em decorrência de objetos que possuam partes ou subdivisões, a estrutura numérica geralmente utilizada em documentação museológica, é a mesma para ambas as partes; incluindo, para cada parte, números ou letras minúsculas representando essa divisão. (RAPOSO, 2000)

Este número deve figurar em todas as ferramentas de registro utilizadas pela instituição, assim como, na superfície de cada peça. No entanto, os procedimentos apropriados para a realização da marcação do número é determinado pelo tipo de material que compõe cada objeto.

1.5.4 Marcação

A marcação deve ser feita no próprio objeto, de acordo com o material e o seu formato, para que a peça não sofra com agressões desnecessárias, prejudicando a sua conservação. O ideal é que haja a participação de um conservador durante o processo.

Existem algumas diretrizes para proceder a marcação. Nesta trabalho, a referência usada é a de Comerlato (2004) que aconselha o uso de verniz antes e depois da marcação, para impermeabilização e proteção da numeração, e o uso de caneta nanquim ponta fina (cerca de

0.1), branca ou preta, examinando o melhor contraste com a cor do próprio objeto; ou o uso de etiqueta accid-free transparente, quando trata-se de objeto cuja porosidade dificulte a fixação da marcação pela técnica indicada anteriormente.

Em casos que não é possível a marcação no próprio objeto, Padilha indica

a utilização de etiquetas de papel (neutro) ou pano (algodão ou linho cru), que deve ser cortado em tamanho adequado. [...] Para amarrar a etiqueta ao objeto, é necessário usar um barbante ou cordão de algodão cru, selecionando o lugar em que será entrelaçado o fio ao objeto e cuidando para não dar um nó entre eles. (2014, p. 44)

Existem alguns procedimentos que devem ser realizados antes mesmos do início do processo de marcação. É importante considerar que “as peças serão sempre marcadas em zonas acessíveis e estáveis, previamente limpas e preparadas, mas de modo a não interferir com a sua leitura formal e estética (verso, base, reentrância, etc.)” (RAPOSO, 2000, p. 30)

É importante recordar, que o número a ser registrado no objeto é o mesmo a ser utilizado no inventário. Todos os instrumentos utilizados na documentação devem contê-lo, inclusive a ficha de registro.

1.5.5 Ficha de identificação

A ficha de identificação tem como funcionalidade englobar a maior quantidade de informações relacionando o objeto ao acervo. Esses dados estão relacionados aos aspectos históricos, descritivos e de indexação da peça.

A ficha de registro, ao contrário do que muitos podem pensar, “[...] não é um documento, mas uma ferramenta de trabalho que reúne uma série de informações que, de outra forma, estariam dispersas” (BOTTALLO, 2010, p. 63). Assim como as outras ferramentas utilizadas na documentação, a ficha tem a sua função específica, não anulando as funcionalidades das outras ferramentas.

Além das informações geradas a partir do sistema de classificação e documentação, já apresentadas, a ficha de identificação que contem dados descritivos, onde se descreve as características físicas do objeto; e outros que estão relacionados às informações externas do objeto.

1.5.5.1 Dados físicos coletados do objeto

Em primeira instância, as informações físicas e de identificação da peça devem ser relacionadas e registradas na ficha de inventário. Isso porque esta ferramenta une os dados que de outra maneira estariam dispersos na instituição.

Todas as informações visíveis relacionadas a identificação do objeto no acervo devem ser detalhadas na ficha de identificação, como: número de tombo, nome, medidas, materiais, técnicas, etc. Padilha (2014) inclui também entre esses metadados a descrição do objeto, data de aquisição, estado de conservação, localização na instituição, além de outros relacionados diretamente a pesquisa instrumental².

1.5.5.2 Informações relacionadas ao objeto

A descrição do histórico, simbologias e as funcionalidades estabelecem as características contextuais às quais foram e continuam sendo submetidas a peça.

Segundo Cândido, “quando possível, o detalhamento deve buscar, principalmente, revelar o sentido documental do objeto enquanto fonte histórica.” (2006, p. 61), tornando possível verificar as suas utilidades e suas possíveis alterações ao longo do tempo.

Além do histórico, outras informações referentes a peça precisam ser utilizadas, como: referências bibliográficas, pesquisa, exposições, publicações, data de registro, etc. Essas informações são relacionadas de acordo com a necessidade de cada coleção.

A utilização de campos, como ‘Referências bibliográficas’ e ‘Exposição’, são necessárias para o embasamento histórico da peça na coleção e também como forma de controle do objeto dentro e fora da instituição.

Segundo Padilha (2014, p. 10), “Ao pensar num objeto museológico, deve-se levar em conta a informação que ele carrega consigo antes e depois de ser adquirido pelo museu.” Portanto, as informações contidas no objeto até a chegada ao museu não devem ser desconsideradas. Elas irão nos indicar os usos, os caminhos percorridos e outras informações pertinentes, acrescentando elementos a historicidade da peça.

Nas últimas décadas, outro instrumento vem sendo utilizado na documentação de acervos museológicos: o registro de informações em banco de dados.

² Para entender este conceito, consultar JULIÃO, Letícia. Pesquisa histórica no museu. *Caderno de diretrizes museológicas I*, p. 93-105, 2006.

1.6. Banco de dados

Para uma melhor proteção dos dados que são documentados na instituição, hoje alguns Museus fazem uso da tecnologia para armazenar suas informações, de forma que o acesso a elas seja fácil, rápido e seguro.

A museologia é um campo interdisciplinar, portanto é necessária a participação de um profissional da Tecnologia da informação para o desenvolvimento de um sistema. E junto com este profissional, deve estar o profissional do museu que tenha conhecimento aprofundado, consolidado e claro da coleção, para atender as demandas que podem ser solicitadas por pesquisadores e visitantes. Evidencia-se que o museólogo documentalista precisa ter conhecimento dos procedimentos que ajustam as ações museológicas com a tecnologia da informação, convertendo-se em processos mais simples e eficientes.

Os sistemas informatizados podem facilitar os processos de documentação da museologia, como: a digitalização das imagens da coleção, relação de exposição em que já participou, controle de movimentação das peças em exposições internas e empréstimos e pesquisas internas e externas (BOTALLO 2010).

Devido ao custo financeiro, muitos museus ainda não fazem uso deste tipo de ferramenta, o que não significa que os outros instrumentos documentais sejam considerados de menor relevância.

A efetivação da documentação museológica não é um trabalho simples de ser realizado, porque é necessário que seja documentado cada uma das peças de forma completa, individual e em conjunto. Por meio da documentação é que o museu pode desenvolver as atividades as quais se propõe.

Na próxima sessão é descrita a documentação museológica para acervos de arte popular, abordando as ferramentas que são utilizadas para o desenvolvimento documental deste tipo de acervo.

2 – DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA EM ACERVOS DE ARTE POPULAR

Este capítulo tem por objetivo abordar os conceitos concernentes a cultura popular, arte popular, acervo de arte popular e documentação museológica aplicada especificamente a esta tipologia de acervo. O primeiro tópico esclarecerá o referencial teórico deste trabalho sobre cultura popular, realizando um recorte do tema mais geral ao mais específico.

2.1 Cultura popular

A cultura popular é, muitas vezes, confundida com o folclore, no entanto, existem diferentes conceitos relacionados a esse tema. As diferentes definições estão inseridas a partir do ponto de vista da área de pesquisa relacionada a cultura popular.

Segundo Catenacci (2001, p. 28), os folcloristas, por exemplo, entendem a cultura popular como as práticas ditas tradicionais, quer sejam populares quer não, e a dinâmica de trocas culturais em um determinado território. Por outro lado, do ponto de vista histórico, a cultura popular pode ser entendida como um conjunto ligado as práticas, princípios e normas de comportamento de um grupo específico dentro da sociedade. (ABREU, 2003)

Um dos conceitos mais difundidos, aqui adotado, estabelece que a cultura popular está relacionado com um conjunto de tradições culturais dentro de um território originada por aqueles que ocupam esse espaço. Em outras palavras, a cultura popular é constituída por um sistema simbólico que gera “produtos de homens reais, que articulam, em situações particulares, pontos de vista a respeito de problemas colocados pela estrutura de sua sociedade.” (ARANTES, 1981, p. 35)

A cultura popular é constituída por uma série de categorias, que abrangem elementos imateriais e materiais, desde festividades e datas comemorativas até objetos construídos pelas mãos de artesãos.

Na Figura 1 visualiza-se o bumba-meu-boi, uma das festas folclóricas mais populares no Nordeste, que de acordo com Coelho e Alencar (2015, p. 86) “se popularizou na sociedade maranhense, acompanhado dos desdobramentos de novos pensamentos e valores, assim contribuindo para se tornar um ícone da cultura popular local.”

Figura 1: Boi-bumbá. Festa popular do estado do Maranhão.



Fonte: <http://brasilculturasdiversas.blogspot.com.br/p/festas-tipicas.html> acessado em 17/10/2016

Entre as categorias referidas anteriormente, a arte popular talvez seja a mais evidenciada e divulgada, e para este trabalho, está no centro da discussão, e diretamente relacionada as questões aqui apresentadas.

2.2 Arte Popular

O conceito de Arte Popular, assim como o de Cultura Popular, possui diferentes abordagens. Dentre alguns conceitos que existem, tem-se a ideia de que a arte popular está oposta a arte erudita, ou que é uma imitação rústica das características que é estabelecida para uma arte de erudição. E com o aumento da produção, alguns aspectos culturais perderam parte da sua qualidade. Por fim, também existe a interpretação de que a arte popular não se altera com o passar do tempo. (FROTA, 2011)

Atualmente, a arte popular é vista como um “referencial a partir do qual passou-se a ver qualidades artísticas e positivas nas obras produzidas em meios periféricos e surgidas em comunidades onde prevalecem os modos de vida e cultura tradicionais.” (MASCELANI, 1999, p. 8)

Segundo Frota (2011, p. 2) a arte popular apresenta-se em

[...] diversas manifestações culturais nitidamente identificáveis como populares, ou de fonte popular. São elas expressões de culturas com valores próprios, critérios de gosto e de aperfeiçoamento que lhe são peculiares, e que demonstram terem sido elaboradas por indivíduos e/ou grupos dotados de invenção formal, mestria de ofício e fruição estética.

A arte popular permeia as duas instâncias da cultura, imaterial, retratadas por músicas, dança, teatro, repentistas, entre outras formas de representação; e material, quer sejam esculturas, xilogravuras, ou o próprio cordel. A música, representada pelos repentistas da Figura 2, é um excelente exemplo de cultura imaterial, enquanto as Figuras 3 e 4 trazem peças escultóricas retratando temas presentes no território e cotidiano de seus artistas.

Figura 2: Repentistas.



Fonte: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/027280.shtml> acessado em 17/10/2016

Figura 3: Lavadeira. Zé Caboclo. Alto do Moura – PE.



Fonte: Caderno de conservação e restauro de obras de Arte Popular Brasileira

Figura 4: Cidade baixa com dois grandes prédios. Dadinho. Nova Iguaçu – RJ.



Fonte: Caderno de conservação e restauro de obras de Arte Popular Brasileira

No sentido material, “a arte popular se constitui, via de regra, por representações e criações envolvendo conjuntos de peças que descrevem cenas do cotidiano ou do fantástico” (MASCELANI, 2008, p. 22)

A arte popular tem sido inserida em muitas instituições museológicas do país, tais como Museu do Homem Nordestino, Museu Casa do Pontal e Centro Cultural Solar Ferrão. Os acervos destas instituições têm recebido atenção da documentação museológica respeitando sua especialidade.

2.3 Acervos de Arte Popular

A instituição museológica não está condicionada apenas ao tratamento de objetos tridimensionais. Dentro destes espaços, as atividades museográficas integram os significados e significantes das peças que formam seu acervo, direcionando-os para a efetivação de uma integração com o público. Dito de outra forma:

Os museus atuam no imaginário. Não tratam de objetos, mas de itens integrais que são um conjunto de representações simbólicas com caráter múltiplo, sendo sua principal meta a educação e a transmissão da informação. Sendo um agente social, o museu se dá na sua relação com o público, se ergue do resultado dessa interação. Ele só existe quando a comunidade reconhece seu acervo e o identifica como seu. (RAMOS, 2011, p. 19)

Para desenvolver qualquer registro museológico é necessário que haja um conhecimento prévio do tipo de acervo que será documentado. Dentro de um acervo de arte popular pode ser encontrado diversos materiais a serem trabalhados de forma diferenciada. No processo de documentação deste tipo de acervo é necessário um olhar dedicado a essa diversidade, onde encontramos desde objetos religiosos, a brinquedos, utensílios domésticos, vestimentas e etc.

Mascelani (1999, p. 1) descreve esta tipologia que é comum nas coleções de Arte Popular, cujas coleções são compostas por objetos principalmente “de cenas da vida, cotidiano, religião, história e fantasias do povo brasileiro”.

Os artesãos baseiam seus trabalhos, principalmente, nos acontecimentos diários, e em questões que são comuns a sociedade em que estão inseridos. Nas Figuras 5 e 6 estão representadas cenas que retratam episódios da vida e vivências do dia a dia.

Figura 5: Vaquejada. Acervo Museu de Arte Popular do Recife.



Fonte: <http://artepopularbrasil.blogspot.com.br/2010/11/este-blog-sera-inaugurado-com-uma.html>
acessado em 18/10/2016

Figura 6: Cambiteiro, cerâmica. Acervo do Museu do Homem do Nordeste, Recife – PE.



Fonte: <http://artepopularbrasil.blogspot.com.br/2010/11/este-blog-sera-inaugurado-com-uma.html>
acessado em 18/10/2016

A religiosidade e a fé são características presentes no cotidiano do povo nordestino são temas muito recorrentes nas representações de sua arte. Essa temática na arte popular é facilmente encontrada em instituições museológicas que possuem esse tipo de acervo. A Figura 7 apresenta uma representação artística de um ritual católico, que alude a temática religiosa e, ao mesmo tempo, as vivências cotidianas.

Figura 7: Confissão, cerâmica policromada.



Fonte: <http://artepopularbrasil.blogspot.com.br/2010/11/este-blog-sera-inaugurado-com-uma.html> acessado em 18/10/2016

A região Nordeste tem um grande histórico de seca, e para que os pequenos produtores pudessem continuar se sustentando era comum o deslocamento para outras áreas que não estivessem passando por esse período ou o êxodo para as cidades (CASTRO, 2001). Na arte popular, esse tema é representado, muitas vezes, com o sertanejo migrando com a família e carregando seus pertences, como pode ser apreciado na escultura cerâmica da Figura 8.

Figura 8: Retirantes, cerâmica. Acervo Museu de Arte Popular do Recife.



Fonte: <http://artepopularbrasil.blogspot.com.br/2010/11/este-blog-sera-inaugurado-com-uma.html> acessado em 18/10/2016

2.4 Documentação Museológica aplicada a acervos de arte popular

Os objetos de arte popular possuem especificidades que precisam ser consideradas no tratamento documental desse tipo de acervo, considerando as ferramentas usadas na documentação, a classificação, e alguns itens de registro que talvez não sejam contemplados em outros acervos.

A sua classificação pode ocorrer através da tipologia de material ou a partir da distribuição temática do acervo, ou outro parâmetro mais adequado para a organização em categorias, que podem ser inseridas na classificação mais geral dentro do acervo da instituição, mesmo que tenha sido estabelecida uma categorização de cronologia de entrada. Mascelani (1999, p. 2) descreve um pouco dessas diferenças tipológicas, classificando-as como

Peças feitas em barro, cozido ou cru, que representam, em miniaturas ou grandes formas, festas folclóricas, crenças, costumes, tradições, rituais ou o imaginário. Também há uma expressiva coleção de obras feitas em madeira e, outras, de menor porte, que utilizam como matéria-prima materiais diversos como a areia, o ferro, o papiê machê, o tecido e muitos outros. Destacam-se ainda as coleções de arte sacra católica, com a representação de santos, anjos, festas religiosas e presépios. [...] encontra-se a representação de entidades sagradas afro-brasileiras, da umbanda e do candomblé, e de alguns elementos presentes em seus cerimoniais como [...] as

ferramentas dos orixás. Os ex-votos são numerosos e [...] carrancas, originárias do Rio São Francisco.

Nesse caso, esses objetos também podem ser identificados como testemunhos, que presenciaram um tempo histórico, mas pode ter existido em diferentes espaços de uma mesma sociedade, sendo apenas um deles musealizado em uma instituição, porque, os objetos museológicos, sejam artísticos ou não, são antes de tudo documentos.

O objeto musealizado, que integra os conjuntos de coleções denominadas de acervos, é o cerne de todo e qualquer empreendimento nos horizontes museológicos. Se em muitas outras áreas a justificativa, a validação e legitimação de sua existência histórica e social encontram-se nas práticas logocêntricas de inscrição, nos museus a justificação e a validação de sua existência se dão em função – ou a partir – do objeto enquanto documento. (LOUREIRO, 2008, p. 28)

Dentro de uma coleção de arte popular é muito comum ter peças muito semelhantes ou até iguais. Mas não necessariamente fazem partes de um conjunto ou par, o que acontece é que muitos artistas, principalmente os que trabalham com modelagem de barro, fazem vários trabalhos com o mesmo tema, tornando-os similares. Além deste fato, era comum um artista ter seus discípulos, que aprendiam de sua arte, fazendo peças com temáticas parecidas, mas com características próprias.

Figura 9: Mestre Vitalino. Noivos a cavalo, cerâmica policromada



Reprodução fotográfica – autoria desconhecida.

Fonte: <http://artepopularbrasil.blogspot.com.br/2010/11/este-blog-sera-inaugurado-com-uma.html> acessado em 25/10/2016.

Figura 10: Manoel Eudócio. Noivos. Cerâmica.



Acervo da Coleção de Arte Popular do Centro Cultural Solar Ferrão. Reprodução fotográfica: Taline Freitas.

Nas Figuras 9 e 10, acima apresentadas, a temática do casamento foi abordada com características específicas escolhidas por artista, enquanto Mestre Vitalino preferiu a policromia e a inserção de outros elementos além dos noivos, possibilitando talvez uma ambientação; Manoel Eudócio utilizou uma representação mais direta, utilizando apenas os principais personagens ligados ao tema.

Na próxima sessão, apresenta-se um estudo de caso cujo objeto de pesquisa é a coleção de arte popular de uma instituição museológica, situada na cidade de Salvador, tomando como perspectiva a documentação museológica.

3 – DO ACERVO DE ARTE POPULAR DO CENTRO CULTURAL SOLAR FERRÃO

Nesta sessão são apresentadas as questões relativas a documentação das peças de arte popular do Centro Cultural Solar Ferrão, direcionando-se para as ferramentas utilizadas pela instituição, no processo documental do acervo museológico, destacando a ficha de registro e os campos criados de forma específica para atender a coleção de arte popular.

Na figura a seguir, têm-se a visão geral da sala de exposição do Solar Ferrão composta por objetos utilitários e de uso cotidiano e esculturas, compostas por diferentes tipos de materiais (barro, madeira) com e sem aplicação de policromia.

Figura 11: Exposição da Coleção de Arte Popular no Centro Cultural Solar Ferrão.



Fonte: <http://vanezacomz.blogspot.com.br/2014/11/useu-abelardo-rodrigues-e-galeria.html?m=1> acessado em 29/10/2016

Em primeira instância, precisa-se entender como o acervo de arte popular da instituição se formou, o histórico dos objetos e posteriormente, como ele está classificado, e quais são as categorias que contemplam os objetos existentes no Solar Ferrão.

3.1 Histórico do Acervo

O pernambucano Martim Gonçalves, que foi criador e primeiro diretor da Escola de Teatro da Universidade da Bahia, em 1956, coletou os objetos que fizeram parte dos cenários das peças teatrais desenvolvidas na escola e que posteriormente passaram a formar o que hoje é a Coleção de Arte Popular.

Entre os anos de 1959 e 1961, foi iniciada uma parceria artística entre Martim Gonçalves e a arquiteta Lina Bo Bardi, que resultou na propagação das peças populares nordestinas no resto do país.

Um legado desse encontro foi a “Exposição Bahia” na V Bienal de São Paulo com a exibição de fotos de artistas como Pierre Verger e Silvio Robato, mostrando as influências da cultura africana no recôncavo baiano, as carrancas do rio São Francisco, objetos do cotidiano e imagens sacras.

No dia 03 de novembro de 1963 foi inaugurado o Museu de Arte Popular, no Solar do Unhão, com a direção de Lina Bo Bardi. A coleção é predominante da são composta por objetos do cotidiano, como panelas, potes, porrões, moringas, entre outros. Sua composição também envolve peças de cunho religioso, como a imaginária sacra católica e objetos de culto das religiões de matriz africana. A exposição de Longa Duração, conhecida como “Nordeste”, apresentava peças desta região, principalmente da Bahia.

Em 1964, as atividades desenvolvidas no museu foram paralisadas e canceladas levando à extinção da instituição. Depois de um lapso de tempo de 45 anos, em 2009, as peças da Coleção de Arte Popular reaparecem a público e passam a compor a exposição de longa duração no Centro Cultural Solar Ferrão com o tema “Fragmentos: artefatos populares, o olhar de Lina Bo Bardi”.

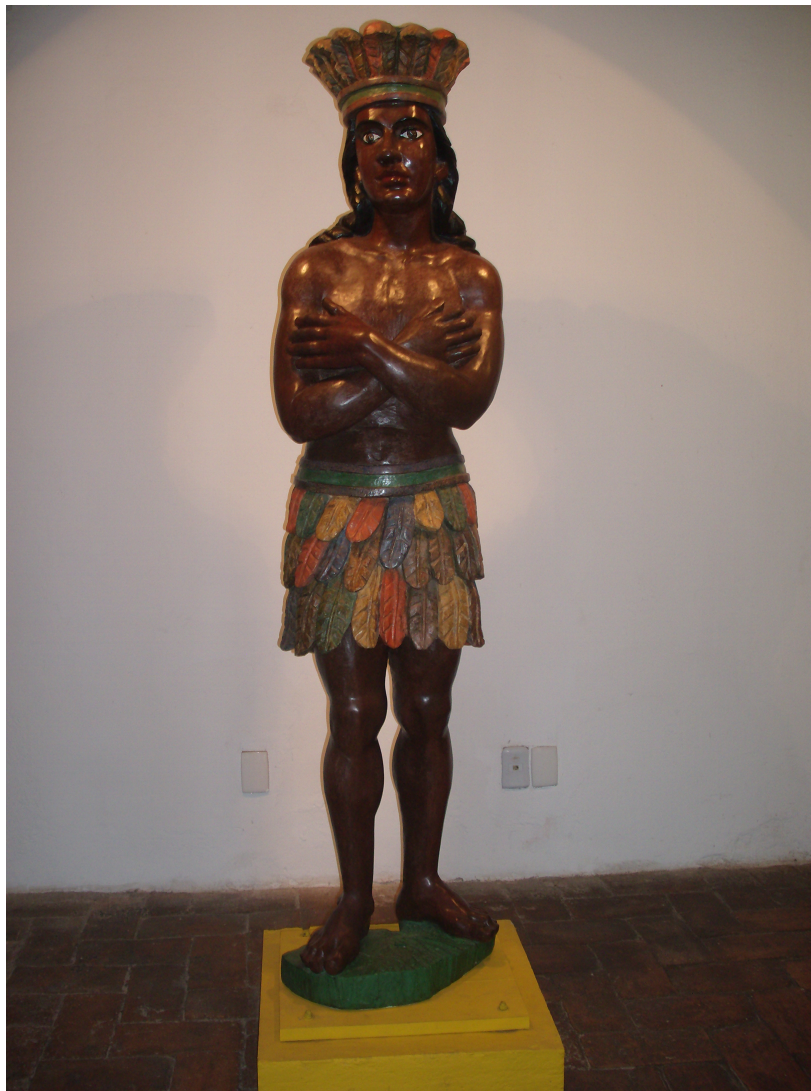
3.2 Classificação

A coleção de arte popular é composta por seis tipologias, desmembradas de acordo com a função dos objetos, são estas, esculturas, religião, vestimentas, utensílios, brinquedos e outros.

Na tipologia *esculturas*, temos objetos feitos geralmente de barro cozido, com ou sem pintura, uma grande variedade de peças com temática abstratas ou de cenas do cotidiano; animais fazem parte deste universo.

Na Figura 12, vê-se “a figura do ‘Caboclo’”, símbolo da independência nacional; esculpida em madeira policromada. Foi o primeiro a “desfilear”, em 1922, nas ruas da Bahia.” (BARDI, 1994, p. 38)

Figura 12: Caboclo. Madeira e pigmento.



Acervo da Coleção de Arte Popular do Centro Cultural Solar Ferrão.
Reprodução fotográfica: Taline Freitas

As *vestimentas* abrangem todos os tecidos, vestidos infantis, indumentária de vaqueiro e outras peças de vestuário. Na Figura 13, tem-se a indumentária de vaqueiro, que é feita toda em couro e é muito comum ser usada nas regiões do semiárido como proteção contra o sol e a vegetação de caatinga.

Figura 13: Indumentária de vaqueiro.



Acervo da Coleção de Arte Popular do Centro Cultural Solar Ferrão.
Reprodução fotográfica: Taline Freitas

Na categoria *religião* está essencialmente representação a vertente Católica e de matriz africana, contendo ex-votos, santos, oratórios, ferramentas de orixás, exus e objetos de culto. As peças são compostas por diversos materiais, entre eles, a maior parte é de madeira e metal, e outros como cimento, búzios e miçangas. As imagens a seguir (Figura 14 e 15) mostram que objetos diversos foram inseridos nesta coleção, que poderiam inclusive ser relacionados como ferramentas ou esculturas, mas que estão relacionadas entre si por questões que estão além de sua forma física.

Figura 14: Ferramenta de Ogum.



Acervo da Coleção de Arte Popular do Centro Cultural Solar Ferrão. Reprodução fotográfica: Taline Freitas

Figura 15: Exu. Cimento e búzios.



Acervo do Centro Cultural Solar Ferrão. Reprodução fotográfica: Taline Freitas.

Os *brinquedos* contemplam objetos feitos principalmente de barro cozido, e em sua maioria são peças de miniaturas de utilitários domésticos, como pratos, panelas, talhas, chaleiras, etc. Na Figura 16 apresenta-se uma peça comum nessa coleção, que são as peças em cerâmica. Esta especificamente é em miniatura, para que fosse usado como brinquedo.

Figura 16: Chaleira Miniatura. Barro cozido.



Acervo do Centro Cultural Solar Ferrão. Reprodução fotográfica: Taline Freitas.

Entre os *utilitários* podem ser sinaladas as panelas, potes, talhas, moringas fabricadas em barro cozido ou gamelas, pilão, concha, colher de pau feitos em madeira e ainda objetos feitos com material reciclado. A Figura 17 apresenta uma caneca feita a partir de uma lata de óleo de motor de carro

Figura 17: Caneca. Flandre.



Acervo do Centro Cultural Solar Ferrão.

Há ainda uma categoria genérica denominada *outros* abrangendo os demais objetos do acervo de arte popular que não se encaixam nas categorias anteriores. A exemplo tem-se as lançadeiras que fazem parte de máquinas de tear.

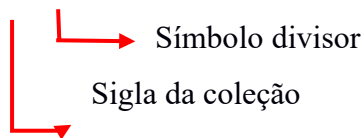
3.3 Sistema de registro

Do período em que o acervo foi formado, não consta uma documentação museológica. Existe a possibilidade de que houve uma documentação e ela é desconhecida ou, talvez, não possuía uma documentação museológica como conhecemos hoje. Houveram alguns momentos, posteriores, em que foram iniciados os registros documentais, entretanto estes registros não foram encontrados em sua totalidade.

Por este motivo, a coleção passou por modificações em sua numeração, para poder ser elaborada uma documentação atualizada. Neste sistema é atribuído a numeração bipartidária alfanumérica, a sigla CAP que significa Coleção de Arte Popular e os números corridos.

Exemplificando:

Ex: CAP.0001 → Números corridos



Quando o objeto é composto, ou formado por mais de uma parte, ele recebe um número de registro com desdobramentos, contendo letras para representar as divisões.

Ex.: CAP.0182.a (Peitoral)

CAP.0182.b (Gibão)

CAP.0182.c (Perneira)

Estes objetos formam um conjunto indumentário de vaqueiro.

3.4 Atribuição de número de inventário

Atualmente, está sendo adotada uma marcação provisória para identificar as peças da coleção. Como a documentação do acervo, de antes da entrada das peças ao Solar Ferrão, é desconhecida, foi necessário dar esta nova numeração para iniciar uma nova documentação. Esta marcação é feita com papel neutro e barbante de algodão, levando a numeração e o nome da peça.

Algumas peças já possuem uma marcação anterior, permanente, aplicada em tentativas passadas de se estabelecer um sistema documental, mas esse processo foi descontinuado.

Outra questão detectada durante a implantação do novo modelo de registro é a existência de alguns casos de duplicidade na marcação na peça. Em virtude desta marcação anterior não corresponder mais ao inventário que foi atualizado e também não remeter à informação alguma, foi necessária a criação desta nova numeração, englobando todo o acervo.

Na Figura 18 percebe-se duas marcações de numerações anteriores, uma diretamente na peça e outra em cima de uma camada de tinta branca (possivelmente corretivo), ambas com tinta preta.

A Figura 19 apresenta a forma de marcação utilizada atualmente, conforme orientado por Padilha (veja a Sessão 1), com barbante de algodão e papel neutro.

Figura 18: Panela. Barro cozido.



Acervo do Centro Cultural Solar Ferrão. Reprodução fotográfica: Taline Freitas.

Figura 19: Gamela. Madeira.



Acervo do Centro Cultural Solar Ferrão. Reprodução fotográfica: Taline Freitas.

3.5 Ficha de Registro

A ficha de registro que é utilizada pela coleção foi desenvolvida por uma comissão de museólogos, que elaboraram uma ferramenta que abrangesse as coleções que são vinculadas a Diretoria de Museus.

Algumas alterações foram feitas para que a ficha de registro se adequasse de uma melhor forma as necessidades do acervo. Como acréscimos foram inseridos a tipologia, a classe e a subclasse.

A tipologia está relacionada as categorias das peças que fazem parte do acervo de arte popular, desmembradas em seis categorias, apresentadas anteriormente.

Classe e subclasse foram inseridas utilizando como a metodologia aplicada no Caderno de Diretrizes Museológicas, inserindo obviamente, as adaptações necessárias.

Figura 21: Verso da ficha de registro do acervo de arte popular – Solar Ferrão.

19. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	
20. DIAGNÓSTICO/INTERVENÇÕES/ RECOMENDAÇÕES:	
21. HISTÓRICO DO OBJETO:	
22. ICONOLOGIA:	
23. OBSERVAÇÕES	
24. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	
25. NOTAS / PUBLICAÇÕES:	
26. DOCUMENTALISTAS / MUSEÓLOGAS:	27. DATA:
28. DIGITAÇÃO/DATA:	29. REVISÃO/DATA:

Setor de Documentação e Pesquisa – DIMUS

Fonte: Acervo – Solar Ferrão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema e os caminhos adotados para abordá-lo, ressaltam que a arte popular no âmbito da documentação museológica é uma área de investigação ainda pouco explorada, comprovadamente evidenciada pela escassa bibliografia encontrada durante a pesquisa. Também constatou-se a necessidade de conscientização e o devido respeito as diferentes especificidades de acervos.

Neste sentido, a importância deste trabalho está relacionada com a demonstração, que apesar de um acervo pertencer a uma instituição com diversas coleções, as tipologias e categorias presentes, devem ser respeitadas em suas individualidades, em vez de simplesmente aplicar ferramentas gerais de documentação sem qualquer reflexão ou análise das especificidades.

No processo de pesquisa sobre documentação museológica, percebeu-se a necessidade profissional de aquisição de conhecimentos relativos sobre os diferentes tipos de coleções, a importância das ferramentas documentais, assim como, sobre a constituição das especificidades dos acervos, compreendendo ainda os métodos de estudos aplicados a estes.

Assim, esta investigação se propôs a apresentar os critérios usados na documentação museológica realizada na Coleção de Arte Popular do Centro Cultural Solar Ferrão. Mostrando a sua aplicabilidade de acordo com as especificidades do acervo.

Portanto, conclui-se que não existe uma fórmula correta para realizar a documentação museológica de todos os acervos, mesmo que sejam da mesma tipologia. Cada caso deve ser analisado cuidadosamente, podendo ser utilizados parâmetros de trabalhos já executados por outros profissionais, resguardando as devidas proporções e adaptações necessárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina, and Mário Chagas. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. DP & A, 2003.

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. Editora Brasiliense, 1981.

BARBUY, H. Documentação museológica e pesquisa em museus. In: **Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)**. Documentação em Museus, v.10. Rio de Janeiro: MAST Colloquia; 2008. p. 33- 45.

BARDI, Lina Bo. **Tempos de grossura**: o design no impasse. Instituto Lina Bo e PM Bardi, 1994.

BITTENCOURT, José Neves. Sobre uma política de aquisição para o futuro. In: **Cadernos Museológicos, n.3**. Estudos de museologia. Rio de Janeiro, Minc/Iphan, 1990, p. 29-37.

BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. In: **Documentação e conservação de acervos museológicos**: diretrizes. Brodowski: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa De Portinari. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010, p. 48-79.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu**: aquisição-documentação. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986, p. 94-97.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília/MINC/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 34-79.

CASTRO, I.E. Natureza, Imaginário e a Reinvenção do Nordeste. In: **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001.

CATENACCI, Vivian. Cultura popular: entre a tradição e a transformação. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 28-35, 2001.

COELHO, Leudson da Silva; DE ALENCAR, Márcia Oliveira. Bumba-meu-boi: manifestação cultural do estado do Maranhão como produto Folkmidático. **Temática**, v. 11, n. 4, 2015, p.84-97.

COMERLATO, Fabiana. **Caderno da Oficina Arqueologia & Preservação**. Gaspar: XXI Encontro Regional do NEMU, 2004.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **Cadernos de ensaios, n°2**. Estudos de museologia. Rio de Janeiro, Minc/Iphan, 1994, p. 64-73.

LOUREIRO, M. A documentação museológica entre a arte e a ciência. **Museu de Astronomia e Ciências Afins–MAST**. Rio de Janeiro: MAST, 2008.

MASCELANI, Maria Angela. A Casa do Pontal e suas coleções de arte popular brasileira. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** n. 28,1999.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014.